

A contribuição dos *grupos de amigos* nas parcerias para o ecoturismo em áreas protegidas

The contribution of friends groups in partnerships for ecotourism in protected areas

Julio Cesar Spindola Itacaramby, André de Almeida Cunha, José Luiz de Andrade Franco

RESUMO: O presente estudo é uma reflexão sobre as potenciais relações dos *grupos de amigos* com os princípios do ecoturismo relacionadas à uma ética ambiental ecocêntrica, e a melhoria da governança em áreas protegidas. A pesquisa foi baseada em estudos sobre ecoturismo, ética ambiental, a atuação de *grupos de amigos* em outros países e um levantamento sobre os *grupos de amigos* existentes no Brasil. As origens do ecoturismo estão relacionadas com uma busca de conciliar a demanda pelo turismo em áreas naturais com princípios filosóficos e éticos da conservação da natureza. Dentre os diversos princípios propostos, há um consenso para que a prática do ecoturismo traga um estímulo à consciência ambiental e uma contribuição direta para a conservação da natureza. Uma reflexão sobre esses princípios no âmbito da ética ambiental, pode nos trazer um entendimento de que se tratam de princípios mais alinhados ao campo ecocêntrico do espectro da ética ambiental. O presente artigo traz alguns casos e reflexões sobre a atuação dos *grupos de amigos* em outros países e os principais exemplos nacionais. A partir do referencial teórico e destas reflexões, conclui-se que há um grande potencial dos *grupos de amigos* contribuírem para reforçar o estímulo da consciência ambiental e para trazer contribuições diretas para conservação da natureza. Destaca-se também o potencial para contribuírem com a melhoria da governança das áreas protegidas. Ademais, a modalidade dos *grupos de amigos*, já consolidada em diversos países, e ainda incipiente no Brasil, apresenta um promissor potencial de contribuição à gestão e conservação de áreas protegidas nacionais a partir de uma premissa mais ecocêntrica, a qual poderia ser fomentada e devidamente investigada por estudos futuros.

PALAVRAS CHAVE: Ética Ambiental; Ecocentrismo; Parcerias; Áreas Protegidas.

ABSTRACT: The present study is a reflection on the potential relationships of *friends groups* with the principles of ecotourism related to an ecocentric environmental ethics, and the improvement of governance in protected areas. The research was based on studies on ecotourism, environmental ethics, the performance of *friends groups* in other countries and a survey of existing friends groups in Brazil. The origins of ecotourism are related to a quest to reconcile the demand for tourism in natural areas with philosophical and ethical principles of nature conservation. Among the various proposed principles, there is a consensus that the practice of ecotourism should stimulate environmental awareness and make a direct contribution to nature conservation. A reflection on these principles within the scope of environmental ethics can bring us an understanding that they are principles more aligned with the ecocentric field of the spectrum of environmental ethics. This article brings some cases and reflections on the performance of *friends groups* in other countries and the main national examples. From the theoretical framework and these reflections, it is concluded that there is great potential for *friends groups* to contribute to reinforcing the stimulation of environmental awareness and to bring direct contributions to nature conservation. Also noteworthy is their potential to contribute to improving the governance of protected areas. In addition, the *friends groups* modality, already consolidated in several countries, and still incipient in Brazil, presents a promising potential for contributing to the management and conservation of national protected areas from a more ecocentric premise, which could be promoted and duly investigated by future studies.

KEYWORDS: Environmental Ethics; Ecocentrism; Partnerships; Protected Areas.

Introdução

A demanda pelo turismo em áreas naturais e, especialmente, em áreas protegidas tem crescido significativamente nas últimas décadas (BALMFORD et al., 2009; ICMBIO, 2020). No entanto, a efetividade da gestão da visitação dessas áreas não seguiu a mesma tendência de crescimento. Os recursos humanos e financeiros disponíveis para a gestão de áreas protegidas com visitação tem se mostrado inversamente proporcional ao aumento do fluxo de visitantes (APPLETON et al., 2022; BALMFORD et al., 2015; EAGLES, 2014; LINDBERG; HAWKINS, 2005).

As áreas protegidas são um dos instrumentos mais importantes para combater a crise global da biodiversidade (WATSON et al., 2014) e a sua gestão efetiva pode garantir os resultados esperados, justificando assim a sua criação e implementação. Ou seja, o sucesso da conservação baseada em áreas protegidas, no longo prazo, depende não só de atingir as metas globais de quantidade de área definidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), mas de uma melhoria na qualidade de sua gestão, para atender aos objetivos de conservação da biodiversidade (MAXWELL et al., 2020).

A visitação é uma das principais formas de interação do ser humano com as áreas protegidas e também um grande desafio para a gestão dessas áreas, que objetivam, prioritariamente, a conservação da natureza (EAGLES; MCCOOL, 2002). Portanto, os impactos devem ser monitorados e manejados, visando minimizar os danos e maximizar os benefícios. Recursos suficientes devem ser direcionados para o planejamento das atividades de visitação, com o intuito de promover uma experiência de qualidade, particularmente do ponto de vista educativo e da proteção dos recursos naturais (LEUNG et al., 2018).

No Brasil, foram registrados mais de 15 milhões de visitas em Unidades de Conservação (UC) federais em 2019. Trata-se de um recorde histórico, que representa um aumento de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior, sendo que 14% desse total corresponde a uma melhora no monitoramento da visitação e 6,4% a um aumento real da visitação (ICMBIO, 2020).

Portanto, incorporar a demanda crescente por visitação nas áreas protegidas traz consigo a necessidade de atribuir uma atenção especial à gestão da visitação, para potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos (ANDRADE; SOUZA; CUNHA, 2020; EAGLES; MCCOOL, 2002; LEUNG et al., 2018; LINDBERG; HAWKINS, 2005).

Uma gestão efetiva depende de diversos fatores e também de parcerias estratégicas para apoiar os órgãos gestores a alcançarem os objetivos das UCs. Atualmente, o modelo de parceria mais difundido internacionalmente é por meio da iniciativa privada com fins lucrativos (EAGLES et al., 2013). Porém, existem também outros modelos de parcerias bem sucedidos, com organizações sem fins lucrativos, que podem apoiar as áreas protegidas na melhoria de sua governança e na qualificação dos seus visitantes (EAGLES et al., 2013; LEUNG et al., 2018).

Com base nesse contexto, o objetivo do presente estudo é trazer uma reflexão sobre as potenciais relações dos *grupos de amigos* (GA) com os princípios do ecoturismo mais alinhados com uma ética ambiental ecocêntrica, e a melhoria da governança em áreas protegidas. A reflexão trazida foi baseada em uma pesquisa sobre ecoturismo, ética ambiental, a atuação de GA em outros países e um breve levantamento sobre os GA existentes no Brasil.

A pesquisa que embasou essa reflexão foi realizada a partir de referências teóricas acerca da construção dos princípios do ecoturismo e as respectivas correntes de pensamento que sustentam a base filosófica e ética desses princípios. O levantamento de casos dos GA exemplificados tem como base estudos que relacionam os GA com a gestão de áreas protegidas na América do Norte e informações públicas divulgadas pelos GA em seus canais de comunicação. O levantamento também teve como base a experiência pessoal dos autores, principalmente nos casos nacionais, uma vez que a cultura de GA no Brasil ainda é incipiente e não há estudos ou publicações disponíveis sobre a atuação dos GA no país.

A seguir são apresentadas as referências teóricas sobre ecoturismo e a ética ambiental que embasam a reflexão proposta para as relações dos GA no âmbito das parcerias em áreas protegidas.

Ecoturismo: princípios e filosofia

A definição de ecoturismo é redigida e interpretada de forma subjetiva pelos seus múltiplos atores (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018; HONEY, 2001). Alguns, mais atrelados às bases filosóficas do movimento, entendem o ecoturismo como uma filosofia, um subconjunto de experiências e processos turísticos baseados na natureza, que venham a atender uma série de princípios orientadores. Mas, outros atores, entendem o ecoturismo como sinônimo de turismo na natureza. Ou seja, como um produto ou uma estratégia de marketing para o mercado turístico, em que as atividades são realizadas em ambientes naturais (HONEY, 2001; WEARING; NEIL, 2001).

O ecoturismo tem sido objeto de diversas definições e narrativas históricas distintas. Todavia, a maior parte das referências convergem para uma forma de turismo pensada como uma alternativa ao turismo de massa, que emergiu ao longo do século XX e passou a apresentar nítidos problemas e impactos indesejados a partir da década de 1950 (HONEY, 2001; PIRES, 2002).

Numa fase inicial, a busca por uma antítese ao turismo massificado se traduziu no conceito de turismo alternativo, que buscava se diferenciar a partir da operação realizada em menor escala e em destinos alternativos. Como ainda havia outras divergências ideológicas em relação ao turismo de massa, ao longo do debate, surgiram novas contribuições tipológicas, sendo que *ecoturismo* foi o termo que se tornou mais fluente e popular para o turismo alternativo em ambientes naturais (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

Embora grande parte das publicações indiquem que o termo ecoturismo foi cunhado por Héctor Ceballos-Lascuráin, em 1983, para definir viagens para áreas naturais conservadas com o objetivo de contemplar a natureza e os elementos culturais ali presentes, há referências que indicam que o termo e suas respectivas definições podem ter surgido duas décadas antes (FENNELL, 2002).

A *The International Ecotourism Society* (TIES), considerada a primeira organização global sobre o tema, definiu, em 1990, o ecoturismo de forma breve e sucinta como: “*viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar da população local*” (HONEY, 2001, p.6, tradução nossa).

Já o pesquisador canadense e atual editor chefe da revista *Journal of Ecotourism*, David A. Fennell, definiu o ecoturismo como uma forma especializada de turismo, distinta das demais formas de turismo de natureza, que:

é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência baseada na natureza e o aprendizado sobre ela; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas (FENNELL, 2002, p.52).

Após mais de 30 anos de sua popularização mundial, o ecoturismo já coleciona mais de 85 conceitos diferentes para o termo (FENNELL, 2010). Por um lado, é compreensível por se tratar de algo complexo e muito heterogêneo, mas, por outro, ainda há muita confusão sobre o seu real significado. Logo, isso dificulta o seu emprego em muitas ocasiões, principalmente quando aplicado à realidade da gestão de áreas protegidas (DONOHOE; NEEDHAM, 2006).

Nesse contexto, também há margem para apropriações equivocadas do termo por alguns atores do setor turístico, para promover práticas com pouca ou nenhuma relação com suas origens e bases filosóficas (DONOHOE; NEEDHAM, 2006). Portanto, a indefinição do que seja o ecoturismo acaba por contribuir negativamente para a falta de uso adequado, padronização e consenso sobre os conceitos e conjunto de princípios que orientam suas práticas (DONOHOE; NEEDHAM, 2006).

No âmbito acadêmico, o ecoturismo ainda é uma área do conhecimento com relativamente pouca pesquisa (FENNELL, 2002), principalmente no âmbito brasileiro (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018; SINGH; SIBI; SHARMA, 2022). Os trabalhos publicados nos últimos 20 anos sobre ecoturismo, no Brasil, trazem, com frequência, uma abordagem mais ampla, sendo comum a utilização do termo *ecoturismo* como sinônimo de turismo de natureza (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018).

Portanto, será que existe mesmo uma linha divisória entre o ecoturismo e as demais formas de turismo baseado na natureza? Como veremos a seguir, não há uma linha exata, mas sim um conjunto de princípios que foram construídos para se aplicarem a qualquer atividade turística que se relacione com a natureza, e que, se atendidos, podem caracterizar o que é ecoturismo. Ou seja, o ecoturismo não se define necessariamente só por sua epistemologia ou escala de operação, mas sim, pela orientação ética de seu conjunto de princípios que devem ser aplicados para todas as suas atividades, processos e territórios relacionados (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018; DONOHOE; NEEDHAM, 2006; LINDBERG; HAWKINS, 2005).

Os princípios do ecoturismo

As origens do conceito de ecoturismo estão diretamente relacionadas com um conjunto de princípios que o distinguem de outras formas de turismo. Assim como sua definição epistemológica, ao longo do tempo, diversos autores propuseram

diferentes conjuntos de princípios, os quais foram sendo elaborados conforme o debate e as pesquisas avançaram (DONOHOE; NEEDHAM, 2006).

Um dos primeiros trabalhos a listar um conjunto de princípios foi publicado por Nicholas D. Hetzer, em 1965 (FENNELL, 2002). Nesta publicação, o termo ecoturismo foi utilizado para definir viagens nas quais os turistas tinham como principal atrativo a natureza. O autor listou quatro princípios que considerava orientadores para uma forma mais responsável de turismo: (1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo e respeito máximo pelas culturas anfitriãs; (3) máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião; e (4) satisfação "recreacional" máxima para os turistas participantes (HETZER *apud* FENNELL, 2002; HETZER *apud* HIGHAM, 2007).

Desde então, outros autores também contribuíram para a construção e consolidação desses princípios. Wallace e Pierce (1996) publicaram um artigo científico relevante, listando uma série de princípios que consideravam imprescindíveis para orientar práticas de ecoturismo que fossem "verdadeiras": (1) minimização de impactos negativos ao meio ambiente e à população local; (2) aumento da consciência e compreensão dos visitantes sobre sistemas naturais e culturais e envolvimento subsequente; (3) contribuição para a conservação e gestão de áreas protegidas e outras áreas naturais; (4) maximização da participação da população local na gestão do turismo; (5) direcionamento de benefícios econômicos e outros tipos de benefícios às populações locais, que possam complementar suas práticas tradicionais; (6) oferecimento de oportunidades especiais para as pessoas, que vivem nas localidades que são atrativas para os turistas, visitarem, aprenderem e desfrutarem as áreas naturais protegidas (WALLACE; PIERCE, 1996).

Honey, em seu livro *Ecotourism and Sustainable Development* (2001) sugeriu uma lista de princípios a serem seguidos para que uma experiência genuinamente ecoturística aconteça de fato: (1) envolver viagens para destinos naturais; (2) minimizar os impactos; (3) estimular a consciência ambiental; (4) proporcionar benefícios financeiros diretos para a conservação; (5) proporcionar benefícios financeiros e empoderamento para a população local; (6) respeitar a cultura local; e (7) apoiar os direitos humanos e os movimentos democráticos (HONEY, 2001).

David A. Fennell, em uma análise do conteúdo de 85 definições de ecoturismo, encontrou cinco variáveis mais frequentemente citadas: (1) áreas naturais; (2) conservação; (3) cultura; (4) benefícios para comunidades locais; e (5) educação (FENNELL, 2010).

Toda essa construção histórica de princípios corrobora a afirmação de que nem toda viagem para áreas naturais pode ser considerada ecoturismo. Ou seja, para além do debate sobre os princípios, há uma nítida intenção, desde os pensadores mais pioneiros, de distinguir o turismo baseado na natureza do ecoturismo (WEARING; NEIL, 2001). A relação da humanidade com os ambientes naturais remonta às bases éticas e filosóficas que fundamentam a reflexão sobre esses princípios. Aliás, para Wearing e Schweinsberg (2019, pg. 20, tradução nossa), "não é possível separar a atividade do Ecoturismo da filosofia do Ecoturismo".

Também não é mera coincidência que o ecoturismo tenha surgido quando já havia um entendimento científico de que a conservação da natureza é essencial para o bem-estar e para a sobrevivência humana, mas também de que a natureza possui valor intrínseco, está cada vez mais ameaçada, e que todas as espécies e a

natureza como um todo têm o direito de existir, independentemente da sua utilidade para os humanos (FRANCO, 2015; NASH, 1989; WEARING; NEIL, 2001).

Essa reflexão mais ampla sobre a relação humanos-natureza compõe o campo da ética ambiental (NASH, 1989), que será brevemente exposta a seguir, com o objetivo de ilustrar os princípios que podem inspirar e orientar as relações de parceria entre grupos e/ou indivíduos representantes da sociedade civil e representantes do Estado, especialmente os gestores de áreas naturais protegidas.

A ética ambiental do ecoturismo

O estudo da ética ambiental pode ser analisada, a partir da perspectiva da Ética Ambiental Humanística, ou antropocêntrica, onde a humanidade é considerada o centro do universo e toda a natureza está à sua disposição, mas também da perspectiva da Ética Ambiental Naturalista, ou ecocêntrica, onde a espécie humana é compreendida como uma espécie em meio às demais espécies e sua relação com a natureza deve respeitar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas e os processos que caracterizam a evolução biológica (ROLSTON, 1988).

O entendimento sobre a valoração dos elementos da natureza é uma questão balizadora para situar as diversas perspectivas no âmbito do panorama ético ambiental. A valoração da natureza, apenas de forma utilitária, está em um dos extremos do espectro, o antropocêntrico. Já a valoração da natureza a partir de seus valores intrínsecos, está situada no outro extremo deste espectro, o ecocêntrico (ROLSTON, 1988; WEARING; NEIL, 2001).

A valoração da natureza selvagem (*wilderness*), espaços com pouca ou nenhuma presença humana, por seus valores intrínsecos é relativamente recente em nossa história, estando associada ao florescimento do pensamento romântico, a partir do século XVIII (FRANCO, 2015; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021). A positivação do conceito de *wilderness*, nos Estados Unidos da América (EUA), foi realizada por pensadores como Henry David Thoreau e John Muir. Tratava-se de uma quebra de paradigma na percepção da *wilderness* como algo negativo, para um novo sentimento de que ela deveria ser admirada e respeitada por sua beleza e sublimidade, e também por seu caráter transcendente. Thoreau e Muir representam a emergência de uma tradição na qual a natureza adquire valor intrínseco, para além dos valores de contemplação e lazer para os humanos. Esses dois pensadores estão fortemente associados ao movimento para a criação de áreas protegidas, a partir do século XIX, especialmente os parques nacionais (FRANCO, 2015; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

Dando continuidade a essa tradição, Aldo Leopold consolida o ponto de vista ecocêntrico, ao defender que a humanidade respeite o mundo natural e o direito que os seres da natureza têm de “florescer”. Para ele, a humanidade deveria compreender que cada organismo individual está inter-relacionado com uma comunidade maior, inserido em ecossistemas com seus elementos bióticos e abióticos. A atribuição de um valor intrínseco aos seres e aos processos que preservam a integridade, conectividade, e beleza desses sistemas se constitui, desse modo, como um imperativo da ética ambiental de Leopold (FRANCO, 2015; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; WEARING; NEIL, 2001).

Por outro lado, o antropocentrismo, é o paradigma mais difundido na história da humanidade, onde a perspectiva, mais instrumental, é de que a natureza se

configura basicamente como um conjunto de recursos disponíveis para o uso dos humanos. Esta visão utilitarista entende que as considerações econômicas devem estar em primeiro plano, independente das suas consequências e impactos sobre a natureza (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; WEARING; NEIL, 2001). Embora alguns autores entendam que algum tipo de motivação utilitária seja inevitável, ou quiçá até benéfica para a natureza, outros chamam a atenção para o fato de que seria a base filosófica do antropocentrismo o que impede o estabelecimento de soluções ecologicamente sustentáveis na relação humanidade-natureza. Eles defendem a necessidade de uma perspectiva ética mais ampla, uma perspectiva baseada no ecocentrismo (KOPNINA *et al.*, 2018).

Ainda assim, para além dessa dicotomia, há autores que entendem que, dentro do espectro entre esses dois extremos, também há oportunidade para diferentes pontos de vista ainda pouco explorados. E o ecoturismo, por se tratar de um fenômeno complexo, não deveria ser limitado pelo escopo das ideologias de um extremo ou de outro (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019), mas sim incentivado em suas boas práticas. Ademais, desde o surgimento do paradigma da sustentabilidade, no qual há um entendimento de que os recursos naturais são limitados e de que deve haver preceitos éticos regulatórios para que o seu uso não esgote as possibilidades de uso pelas gerações futuras (MEADOWS; RANDERS; MEADOWS, 2004), o conceito ou preceito ético da sustentabilidade tem sido utilizado como um “termo mediador”, apesar de, por vezes, camaleônico. Configurando-se, como um posicionamento mais ao centro do espectro entre o ecocentrismo e o antropocentrismo (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019).

A partir de um entendimento que o ecoturismo está mais ao centro do espectro, pode-se vislumbrar que alguns dos seus princípios, como p.e., proporcionar benefícios às populações locais, teria um viés mais utilitarista e antropocêntrico. Por outro lado, com base no princípio de contribuir para a conservação, o ecoturismo traz também um viés mais ecocêntrico. Nesse sentido, Franco, M., Franco, J., e Cunha (2021), refletem que a prática do ecoturismo deve ser permeada por valores de uma ética ecocêntrica, a partir da utilização de ferramentas de interpretação e educação ambiental para valoração da natureza por seu valor intrínseco e da contribuição direta para conservação da natureza.

Dessa forma, para a reflexão proposta neste estudo, destacamos essas duas variáveis que são frequentemente citadas nos conjuntos de princípios e definições do ecoturismo: (i) a educação ambiental; e (ii) a contribuição para a conservação da natureza (FENNELL, 2010; HONEY, 2001; WALLACE; PIERCE, 1996).

A partir do destaque desses dois princípios do ecoturismo dentro arcabouço teórico e filosófico apresentado, tratamos, a seguir, da identificação desses princípios na atuação dos *grupos de amigos* em parcerias com áreas protegidas no âmbito internacional e um breve levantamento sobre a atuação desses *grupos de amigos* no Brasil.

Os *grupos de amigos* como modalidade de parceria em áreas protegidas

Atualmente, um tema frequente na gestão do turismo em áreas protegidas são as parcerias com a iniciativa privada. Principalmente em parques (nacionais, estaduais ou municipais), a prestação de serviços de apoio ao turismo tem sido incentivada por meio de diferentes arranjos com organizações com e/ou sem fins

lucrativos (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019). Os estudos sobre as estratégias e análises de resultados dessas parcerias ainda são incipientes e inovadores (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019). No Brasil, um dos modelos pouco praticados no campo das parcerias são os chamados *Grupos de Amigos* (GA).

Os GA são organizações que proporcionam o envolvimento de visitantes na gestão das áreas protegidas (SPENCELEY; SNYMAN; EAGLES, 2017). As principais funções dos GA são o engajamento social, a educação ambiental, e a arrecadação de recursos (por meio de projetos socioambientais, prestações de serviços, comércio e doações) para apoiar os objetivos e a gestão das áreas protegidas (BAKER *et al.*, 2010; EAGLES, 2009).

Cenário internacional dos *grupos de amigos*

O modelo dos GA já é bem estabelecido e consolidado em diversos países. No Reino Unido, o movimento de GA conta inclusive com uma “Federación Nacional de Parques e Espaços Verdes” (tradução livre), organização estabelecida em 2010 com o objetivo de representar e dar suporte para os mais de 6.000 GA locais, incluindo desde áreas mais remotas até parques urbanos (NATIONAL FEDERATION OF PARKS AND GREEN SPACES, 2023).

Na Austrália, os GA também são tão abundantes ao ponto de haver uma organização maior para representá-las. A “Amigos dos Parques” (tradução livre) se define como uma organização estabelecida para proteger e representar os interesses de diversos GA nos estados do Sul da Austrália, representando mais de 5.000 voluntários com a missão de apoiar a proteção da flora, fauna e patrimônio cultural dos parques daquela região (FRIENDS OF PARKS SOUTH AUSTRALIA, 2023).

Nos EUA, os GA também desempenham papel importante na conservação da natureza e já foram contabilizados mais de 150 GA, com a missão específica de colaborar com a proteção e gestão dos parques nacionais (BAKER *et al.*, 2010). Merecem destaque a *Yosemite Conservancy*, fundada em 1923, sendo a primeira parceira oficial do *National Park Service*, e considerada o GA mais antigo do mundo. E a *Yellowstone Forever*, fundada em 1933, atualmente com mais de 35.000 membros associados e um histórico de arrecadação de mais de US\$ 100 milhões dedicados a mais de 325 projetos nas áreas de educação ambiental, pesquisa científica, restauração de ecossistemas, manutenção de trilhas, entre outros (YELLOWSTONE FOREVER, 2023; YOSEMITE CONSERVANCY, 2023). Segundo Baker et al. (2010), os GA nos EUA tiveram um reconhecimento inicial por sua importante contribuição financeira e técnica na gestão de áreas protegidas, mas agora também já são reconhecidos como atores-chave na construção do relacionamento dos órgãos gestores com as comunidades e cidadãos engajados em participar da gestão dos recursos naturais. Além disso, também são vistos como peças fundamentais nas interações entre órgãos gestores, comunidades locais e os visitantes.

No Canadá, os órgãos gestores de Parques também adotaram a modalidade e incentivaram a criação dos GA para apoiar a provisão de programas de educação, e, eventualmente, assumir um papel mais significativo na gestão, incluindo contratos de operação de atividades de turismo e recreação (EAGLES, 2009). No caso canadense, merecem destaque a *Friends of Ontario Parks* (2023), organização que

representa 27 GA da província de *Ontario*, e a *Friends of Algonquin Park* (2023), primeiro GA estabelecido no Canada, em 1983. A *Friends of Algonquin Park*, conta com mais de 2.000 membros, aloca mais de 70% dos seus recursos em educação e se define como uma organização que “dedica seus recursos para promover programas educacionais e interpretativos para desenvolver atuais e futuros cuidadores” (FRIENDS OF ALGONQUIN PARK, 2023).

Pelos exemplos de atuação dos GA na América do Norte, podemos perceber a presença de elementos dos princípios do ecoturismo relacionados à educação ambiental e à contribuição direta para a conservação da natureza das áreas protegidas destacados na seção anterior como mais relacionados à ética ecocêntrica. No Brasil, os exemplos de GA são mais escassos. A seguir apresentamos os principais casos de GA encontrados no país e suas respectivas relações com esses princípios.

Cenário nacional dos grupos de amigos

No Brasil, uma das diretrizes expressas (Art. 5º, inciso IV) do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é buscar:

o apoio e cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

Ou seja, embora tenhamos poucos casos de GA proporcionalmente ao número de áreas protegidas, há uma determinação da política pública nacional para o fomento de parcerias com organizações com as características dos GA.

Um dos GA mais antigos do Brasil é a Associação de Amigos do Jardim Botânico (AAJB), no Rio de Janeiro. Embora não seja uma unidade de conservação, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) é considerado uma área protegida (BRASIL, 2003). A associação, fundada em 1986, hoje conta com mais de 2 mil associados ativos e tem como missão “contribuir para a preservação, ampliação e desenvolvimento do JBRJ, através da interação com a sociedade e da mobilização de seus associados” (AAJB, 2022). De acordo com seu relatório anual de diretoria sobre o ano de 2021, suas principais atividades foram a realização de capacitações que promovem a educação ambiental, execução de projetos em prol do JBRJ e o programa de benefícios para os associados. As principais fontes de receita da AAJB foram as contribuições das anuidades dos associados, captação por projetos, cursos e a operação de uma loja. As receitas totais da AAJB em 2021 foram de quase um (1) milhão de reais, e após a dedução das despesas anuais, que incluíram a execução de diversos projetos e uma aplicação direta de aproximadamente 200 mil reais no JBRJ, o superávit anual foi de mais de 150 mil reais (AAJB, 2022).

Outro GA brasileiro da década de 1980 é a Associação dos Frequentadores e Amigos da Água Mineral (AFAM), em Brasília. O Parque Nacional de Brasília (PNB) é conhecido como “Água Mineral”, em razão das piscinas de água corrente localizadas em seu interior. Fundada em 1989, a AFAM conta com cerca de 500

membros e compõe, atualmente, o Conselho Consultivo do PNB. Atualmente, não existem informações públicas de fácil acesso (e.g. website e/ou redes sociais) sobre a AFAM. Entretanto, há um mural com informações de suas atividades em uma das portarias do PNB. Nesse mural é possível se informar sobre o programa de benefícios para associados, que envolve horários diferenciados de acesso ao PNB, e ver o calendário de atividades da associação. Além disso, a AFAM é reconhecida pela atuação na representação dos interesses dos visitantes junto aos órgãos gestores (BRASIL, 2014; ITACARAMBY, obs. pessoal; TV UNIÃO BRASÍLIA, 2022).

Um dos casos de GA relevantes no cenário nacional foi da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca (AAPNT). Fundada em 1999, foi extinta em 2019, por uma decisão de dissolução da Assembleia Geral. Durante seus vinte anos de atuação, integrou o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, contribuiu para implementar um programa de voluntariado, realizou diversas capacitações sobre educação ambiental, elaborou publicações como guias de bolso e guias de aves, e foi responsável por diversos projetos socioambientais e de conservação e aprimoramento do patrimônio físico, natural e cultural do parque (AAPNT, 2022; BRASIL, 2002). O relatório financeiro publicado pela diretoria, referente ao exercício financeiro de 2018, indicou que suas receitas chegaram a superar um (1) milhão de reais, sendo que o superávit daquele ano foi acima de 50 mil reais, e totalizou um Patrimônio Líquido da Associação de mais de 100 mil reais, naquele que foi o ano anterior à sua dissolução (AAPNT, 2022).

Um dos exemplos nacionais de GA mais recentes é a Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (AVE). Foi fundada em 2018 por um grupo de amigos dispostos a contribuir para a conservação da sociogeobiodiversidade da região do parque. Atualmente conta com cerca de 140 associados e integra o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As principais realizações, ao longo de seus quatro anos, foram capacitações sobre educação ambiental, mutirões, campanhas, fomento ao turismo de observação de fauna e flora, apoio à pesquisa e conservação de espécies ameaçadas, execução de um projeto para apoio ao ordenamento e minimização dos impactos ambientais de um dos atrativos do parque e celebração de um acordo de cooperação com o órgão gestor. De acordo com seu último relatório financeiro, as principais fontes de receita foram cursos, doações e prestação de serviços, sendo o Patrimônio Líquido da Associação em 2021 de aproximadamente 10 mil reais (AVE, 2022; BRASIL, 2015).

Cabe ainda registrar o caso dos Amigos do Parque Estadual Intervales (APEI), que ainda não se formalizaram como pessoa jurídica, mas já estão mobilizados desde 2019 e possuem website com informações públicas de seus objetivos e atividades, que incluem ações de educação ambiental, passeios guiados e de avistamento de aves (APEI, 2022). Assim como a APEI, também vale ressaltar que existem outros GA não formalizados e de menor porte no país, sendo muitos deles ligados também a parques urbanos.

Os cinco casos apresentados representam os GA mais conhecidos da experiência brasileira. Com exceção da AFAM, que não possui registros públicos de suas atividades de fácil acesso para averiguação do histórico de atuação com mais detalhes, os registros disponíveis dos demais casos de GA no Brasil indicam que também atendem aos princípios do ecoturismo relacionados à educação ambiental e à contribuição direta para a conservação da natureza das respectivas áreas protegidas que se dedicam. Além disso, a AFAM, AAPNT e AVE também

demonstraram uma participação nos conselhos consultivos dos parques, realizando uma contribuição para governança participativa dessas áreas.

A partir da identificação dessas práticas relacionadas à educação ambiental e à contribuição direta para conservação na atuação dos GA no Brasil, discutiremos, a seguir, quais as potencialidades da presença do modelo de grupos de amigos no contexto das parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas no Brasil, conforme preconizado pelo próprio SNUC e com base nos princípios do ecoturismo e da ética ambiental.

Potencialidades da modalidade dos *grupos de amigos* no Brasil

Como vimos na introdução do presente artigo, o seu objetivo é trazer uma reflexão sobre as potenciais relações dos GA com os princípios do ecoturismo que identificamos ser mais alinhados com uma ética ambiental ecocêntrica: o estímulo à consciência ambiental por meio da educação e sensibilização ambiental; e a contribuição direta para a conservação da natureza, por meio de doações e a execução de projetos socioambientais em prol das áreas protegidas. Além disso, essa reflexão se estende às potenciais melhorias da governança em áreas protegidas a partir da atuação dos GA.

Em relação ao princípio do estímulo à consciência ambiental, estudos realizados na América do Norte apontam que os GA têm significativa influência na entrega de programas ambientais (BAKER *et al.*, 2010; EAGLES *et al.*, 2013). É válido acrescentar que as atividades educacionais sobre questões ambientais, dentro e no entorno de áreas protegidas, envolvendo visitantes e residentes, podem aumentar seu apoio à conservação (BEAUMONT, 2010; LEUNG *et al.*, 2018). As atividades de educação ambiental realizadas em parceria com órgãos gestores também podem contribuir para que os visitantes tenham uma experiência de qualidade e um cuidado maior com os recursos naturais locais (LEUNG *et al.*, 2018). E o envolvimento dos visitantes em atividades de recreação na natureza podem aumentar a conscientização e a atuação em soluções em prol da conservação (HILL; CABLE; SCOTT, 2010; LEUNG *et al.*, 2018). Os GA podem trazer contribuições significativas também para educação e capacitação de funcionários, moradores do entorno e outras categorias de usuários das áreas protegidas.

No que tange ao princípio da contribuição direta para a conservação, os visitantes de áreas protegidas são um grupo de atores com potencial para se tornarem doadores para a conservação dessas (LEUNG *et al.*, 2018). E, para facilitar esse potencial, é fundamental que hajam projetos para uma causa ou um objetivo específico, em que os visitantes possam se identificar e, eventualmente, acompanhar o impacto de sua contribuição (BAKER *et al.*, 2010; LEUNG *et al.*, 2018). Os casos de GA nacionais e internacionais citados demonstraram um potencial para desempenhar o papel de facilitador na captação de doações e recursos para projetos direcionados para a conservação. Vale ressaltar que, mesmo estruturados como organizações sem fins lucrativos, os GA se mostraram financeiramente viáveis, ao cumprir seus objetivos de apoiar e ser parceiros de suas respectivas áreas protegidas e ao mesmo tempo apresentarem superávit no balanço financeiro anual. Isso nos permite supor que os GA têm potencial para serem também, economicamente viáveis.

Sobre o aspecto da governança, embora o tema não tenha sido abordado nos tópicos anteriores, os estudos realizados para essa pesquisa indicaram que a participação ampla na governança das áreas protegidas por parte dos diversos atores envolvidos em sua gestão é um fator-chave para a efetividade e sucesso de alcance de seus objetivos (EAGLES *et al.*, 2013; MORO *et al.*, 2022). A partir do estudo de modelos de parcerias em parques no Canadá, Eagles *et al.* (2013) entenderam que os parques que detém parcerias com organizações sem fins lucrativos tiveram uma melhor avaliação de governança. Além disso, constataram que proporcionar um envolvimento direto dos visitantes na gestão dos parques, por meio do envolvimento com os GA, proporciona uma percepção mais positiva de governança aos usuários. Os exemplos de GA citados registraram envolvimento com a governança de suas áreas, sendo que no caso nacional, os GA participam dos respectivos conselhos consultivos de seus parques, representando, inclusive, o setor de usuários de parques.

O estímulo à consciência ambiental e a contribuição direta para a conservação da natureza são princípios do ecoturismo que destacam a atribuição de um valor intrínseco à natureza (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021). E o atendimento aos princípios do ecoturismo mencionados pode proporcionar aos visitantes, e aos diferentes usuários, a oportunidade de conhecer, admirar e aprender sobre os espaços naturais e, sobretudo, alavancar impactos positivos para as espécies e ecossistemas, tendo como referência, a natureza selvagem - *wilderness* (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

Rolston (1988) argumenta sobre a importância para a humanidade de uma maior imersão na natureza, para que haja uma expansão na consciência, que se expresse em uma ética ambiental ampliada, ecocêntrica. A condição da maior parte da população mundial viver, cada vez mais, em cidades, dominadas por ambientes artificiais, carecendo de oportunidades de contato com a natureza, reforça o papel do ecoturismo na busca da reconciliação dos humanos com o mundo natural (CUNHA *et al.*, 2022; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

Desse modo, esses princípios do ecoturismo se inserem em uma corrente de pensamento que entende que a conservação da natureza depende de uma ética predominantemente ecocêntrica. Essa característica é ainda mais destacada na temática de gestão das áreas protegidas, considerando que o propósito essencial dessas áreas é a efetiva conservação da biodiversidade (KOPNINA *et al.*, 2018). Ainda assim, essa perspectiva se mostra distante da prática majoritária do que é tratado como ecoturismo. Por isso, se torna cada vez mais importante avaliar criticamente as práticas que fazem uso das parcerias em áreas protegidas para os fins puramente utilitários de geração de renda e/ou desenvolvimento econômico (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; SOULÉ, 2013; WEARING; NEIL, 2001). Existe, portanto, uma urgência em refletir sobre os parâmetros para o estabelecimento de parcerias para a gestão das atividades de lazer e turismo em áreas protegidas, sobretudo em países em desenvolvimento (FENNELL, 2002).

As áreas protegidas, quando bem geridas, têm grande potencial do ponto de vista econômico. No entanto, os órgãos gestores dessas áreas devem levar em conta fatores que não se restringem apenas aos seus valores econômicos e recreativos (LINDBERG; HAWKINS, 2005). O objetivo principal das áreas protegidas é a proteção do patrimônio natural, entendido atualmente sobretudo como conservação da biodiversidade (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

A ocorrência dos GA no Brasil pode ser considerada extremamente baixa, se pensarmos no total de 2659 unidades de conservação registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), e particularmente das 520 da categoria *parque* (CNUC, 2022). Os apontamentos desse estudo destacam os GA como uma perspectiva inovadora e complementar ao cenário de parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas. Isso se estende à potenciais oportunidades para parcerias com organizações sem fins lucrativos no cenário nacional. A ampliação dos tipos de parcerias, como os GA, é positiva, particularmente no atendimento dos princípios do ecoturismo baseados em premissas ecocêntricas, no ganho da melhoria da governança, e também pela viabilidade econômica demonstrada pelos casos apresentados.

Considerações finais

A comunidade científica tem uma importante função em questionar o pensamento dominante sobre as relações da humanidade com a natureza, como é no caso específico do ecoturismo e das parcerias para a gestão de áreas protegidas (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019). No cerne dos debates sobre a gestão do ecoturismo estão as questões de como lidar com os recursos naturais. O ecocentrismo e outras filosofias ambientais trouxeram, ao longo do tempo, diferentes interpretações de como utilizar de forma mais equilibrada os recursos naturais (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019). Trata-se, portanto, de fortalecer a percepção de que as áreas protegidas devem ser criadas, sobretudo, para preservar a natureza selvagem, em razão de seus valores intrínsecos, e não apenas para mantê-las a serviço da humanidade e/ou a mercê de seus interesses econômicos (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; HONEY, 2001; WEARING; NEIL, 2001), mesmo que travestidos de “ecoturismo”, no sentido amplo.

Segundo Eagles:

a operação de serviços de recreação e turismo realizada por uma organização não governamental no âmbito de parques e áreas protegidas é uma alternativa direta para a operação de serviços de recreação e turismo realizada por uma corporação com fins lucrativos (EAGLES, 2009, p. 240).

Ou seja, há referências que indicam ser estratégico identificar e estimular a complementariedade e importância relativa de cada modalidade de parceria para a gestão das áreas protegidas.

O presente estudo reforça a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as alternativas, complementariedades e novas perspectivas para o cenário nacional de parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas. A construção do conjunto de princípios do ecoturismo é calçada por diretrizes éticas que norteiam o turismo e lazer nessas áreas onde o objetivo principal é a conservação da natureza selvagem, da *wilderness*. É possível perceber indícios de práticas relacionadas aos princípios do ecoturismo mais ecocêntricos pelos GA, portanto, alinhados ao objetivo central das áreas protegidas. A modalidade dos GA, já consolidada em diversos países, e ainda incipiente no Brasil, apresenta um promissor potencial de contribuição à gestão e conservação de áreas protegidas nacionais a partir de uma

premissa mais ecocêntrica, a qual deve ser fomentada e investigada em profundidade por estudos futuros.

Referências

- AAJB – Associação de Amigos do Jardim Botânico. **Relatório da Diretoria:** gestão 2021. Disponível em: <<https://www.amigosjb.org.br/financeiro/>>. Acesso em: 8 out. 2022.
- AAPNT – **Associação de Amigos do Parque Nacional da Tijuca.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/amigosdoparque.org/>>. Acesso em: 8 out. 2022.
- ANDRADE, T. C.; SOUZA, T. do V. S. B.; CUNHA, A. de A. A Estruturação do Rol de Oportunidades de Visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 13, n. 2, p. 365–392, 2020.
- APEI – **Amigos do Parque Estadual Intervales.** Disponível em: <<https://aapeintervales.wixsite.com/amigospaintervales>>. Acesso em: 8 out. 2022.
- APPLETON, M. R. et al. Protected area personnel and ranger numbers are insufficient to deliver global expectations. **Nature Sustainability**, 2022.
- AVE – **Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Disponível em: <<https://www.ave.org.br>>. Acesso em: 8 out. 2022.
- BAKER, M. L. et al. An Exploratory Investigation of the Roles Friends Groups Play in National Park Management. **Journal of Outdoor Recreation, Education, and Leadership**, v. 2, n. 3, 2010.
- BALMFORD, A. et al. A global perspective on trends in nature-based tourism. **PLoS Biology**, v. 7, n. 6, p. 1–6, 2009.
- BALMFORD, A. et al. Walk on the Wild Side: Estimating the Global Magnitude of Visits to Protected Areas. **PLoS Biology**, v. 13, n. 2, p. 1–6, 2015.
- BEAUMONT, N. Ecotourism and the conservation ethic: Recruiting the uninitiated or preaching to the converted? **Journal of Sustainable Tourism**, v. 9, n. 4, p. 317–341, 2010
- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos, I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 19 Jul. 2000.
- BRASIL. Portaria n. 98, de 6 de agosto de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília 07 Ago. 2002.
- BRASIL. Resolução CONAMA n. 339, de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento de jardins botânicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 03 Nov. 2003.
- BRASIL. Portaria n. 106, de 9 de outubro de 2014. Renova a Portaria e modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília 10 Out. 2014.
- BRASIL. Portaria n. 8, de 7 de outubro de 2015. Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás. **Diário Oficial da União**, Brasília 8 Out. 2015.

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1>>. Acesso em: 10 out. 2022

CUNHA, A. de A.; MAGRO-LINDENKAMP, T. C.; MCCOOL, S. F. (ed.). **Tourism and Protected Areas in Brazil**: challenges and perspectives. New York: Nova Science, 2018.

CUNHA, A. de A. et al. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. **Sociedade & Natureza**, v. 34, 2022

DENNIS, S.; ZUBE, E. H. Voluntary association membership of outdoor recreationists: An exploratory study. **Leisure Sciences**, v. 10, n. 4, p. 229–245, 1988

DONOHUE, H. M.; NEEDHAM, R. D. Ecotourism: The evolving contemporary definition. **Journal of Ecotourism**, v. 5, n. 3, p. 192–210, 2006

EAGLES, P. F. J. Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 17, n. 2, p. 231–248, 2009.

EAGLES, P. F. J. et al. Good governance in protected areas: An evaluation of stakeholders' perceptions in British Columbia and Ontario Provincial Parks. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 21, n. 1, p. 60–79, 2013.

EAGLES, P. F. J. Fiscal implications of moving to tourism finance for parks: Ontario Provincial Parks. **Managing Leisure**, v. 19, n. 1, p. 1–17, 2014.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F. **Tourism in National Parks and Protected Areas**: planning and management. [s.l.] CABI, 2002.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FENNELL, D. A. A Content Analysis of Ecotourism Definitions. **Current Issues in Tourism**, n. December 2011, p. 37–41, 2010.

FRANCO, J. L. de A. Patrimônio Cultural e Natural, Direitos Humanos e Direitos da Natureza. In: SOARES, I.V.P.; CUREAU, S. (Ed.). **Bens Culturais e Direitos Humanos**. [s.l.: s.n.]p. 155–184, 2015.

FRANCO, M. B. de A.; FRANCO, J. L. de A.; CUNHA, A. de A. Ecoturismo, conservação da natureza e Deep Ecology: Uma reflexão sobre o turismo como experiência de ampliação da consciência. **Fronteiras**, v. 10, n. 2, p. 97–115, 2021

FRIENDS OF ALGONQUIN PARK. Disponível em: <<https://www.algonquinpark.on.ca/foap/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FRIENDS OF ONTARIO PARKS. Disponível em: <<https://www.ontarioparks.com/friends>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FRIENDS OF PARKS SOUTH AUSTRALIA. Disponível em: <<https://friendsofparkssa.org.au>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GODFREY-SMITH, W. The Value of Wilderness. **Environmental Ethics**, v. 1, n. 4, p. 309–319, 1979

HIGHAM, J. Ecotourism: competing and conflicting schools of thought. In: HIGHAM, J. (ed.) **Critical Issues in Ecotourism**. Oxford: Elsevier, 2007. p. 1-20

- HILL, S. G.; CABLE, T. T.; SCOTT, D. Wildlife-based recreation as economic windfall: A rhetorical analysis of public discourse on birding. **Applied Environmental Education and Communication**, v. 9, n. 4, p. 224–232, 2010.
- HONEY, M. **Ecotourism and Sustainable Development: who owns paradise?** 2nd ed. Washington: Island Press, 2001.
- ICMBIO. **Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico.** [s.n.]. Brasília, 2020.
- KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais.** 2a. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- KOPNINA, H. et al. “The ‘future of conservation’ debate: Defending ecocentrism and the Nature Needs Half movement”. **Biological Conservation**, v. 217, n. June 2017, p. 140–148, 2018.
- LEUNG, Y. F. et al. **Tourism and visitor management in protected areas: guidelines for sustainability.** IUCN. [s.l.]. 2018.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 5a. ed. São Paulo: Senac, 2005.
- MARION, J. L. et al. A review and synthesis of recreation ecology research findings on visitor impacts to wilderness and protected natural areas. **Journal of Forestry**, v. 114, n. 3, p. 352–362, 2016.
- MAXWELL, S. L. et al. Area-based conservation in the twenty-first century. **Nature**, v. 586, n. 7828, p. 217–227, 2020.
- MEADOWS, D.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. **Limits to Growth: The 30-Year Update.** [s.l.] Chelsea Green Publishing Company, 2004.
- MORO, C. C. et al. **Relatório técnico: Controle social em parcerias para apoio ao uso público em unidades de conservação.** São Paulo: Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas : Instituto Linha D’Água : Rotta Moro Sociedade de Advogados, 2022.
- NATIONAL FEDERATION OF GREEN SPACES.** Disponível em: <<https://natfedparks.org.uk>>. Acesso em: 15 jan. 2023
- NASH, R. F. **The Rights Of Nature: a history of environmental ethics.** [s.l.] University of Wisconsin Press, 1989.
- PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo.** 2a. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- RIBEIRO, E. M.; NASCIMENTO, E. P. do. **O Futuro do Ecoturismo:** cenários para 2025. Curitiba: Appris, 2016.
- RODRIGUES, C. G. de O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 105–120, 2019.
- ROLSTON, H. **Environmental Ethics: Duties to and Values in the Natural World.** [s.l.] Temple University Press, 1988.
- SINGH, R.; SIBI, P. S.; SHARMA, P. Journal of ecotourism: a bibliometric analysis. **Journal of Ecotourism**, v. 21, n. 1, p. 37–53, 2022.

- SOULÉ, M. The “new conservation”. **Conservation Biology**, v. 27, n. 5, p. 895–897, 2013.
- SPENCELEY, A.; SNYMAN, S.; EAGLES, P. F. J. **Diretrizes para parcerias e concessões para o turismo em áreas protegidas**: Gerando receitas sustentáveis para a conservação e o desenvolvimento. IUCN [s.l.]. 2017.
- TV União Brasília. **Fechamento de piscina e das lanchonetes deixam frequentadores da Água Mineral descontentes**. Disponível em: <<https://tvuniaobrasilia.com.br/fechamento-de-piscina-e-das-lanchonetes-deixam-frequentadores-da-aqua-mineral-descontentes/>>. Acesso em: 8 out. 2022.
- WALLACE, G. N.; PIERCE, S. M. An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. **Annals of Tourism Research**, v. 23, n. 4, p. 843–873, 1996.
- WATSON, J. E. M. et al. The performance and potential of protected areas. **Nature**, v. 515, n. 7525, p. 67–73, 2014.
- WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.
- WEARING, S.; SCHWEINSBERG, S. **Ecotourism**: transitioning to the 22nd century. 3rd. ed. [s.l.] Routledge, 2019.
- WEAVER, D. B.; LAWTON, L. J. A new visitation paradigm for protected areas. **Tourism Management**, v. 60, p. 140–146, 2017.
- YELLOWSTONE FOREVER**. Disponível em: <<https://www.yellowstone.org>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- YOSEMITE CONSERVANCY**. Disponível em: <<https://yosemite.org>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Nota

O presente artigo é derivado do referencial teórico do projeto de pesquisa do autor J. C. S. Itacaramby no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPG CDS/UnB).

Agradecimentos

Ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, pela inspiração dos estudos nessa temática. Aos amigos fundadores e à própria AVE – Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, dos quais os autores J. C. S. Itacaramby e A. A. Cunha contribuem voluntariamente. Ao Instituto Semeia pela bolsa que permitiu a participação do autor J. C. S. Itacaramby no *Seminar on Planing and Managing Tourism in Protected Areas* realizado pela *Colorado State University* e *United States Forest Service*, no qual os demais autores também participaram em edições anteriores, e conheceram diversas experiências de grupos de amigos. À CAPES pela bolsa do autor J. C. S. Itacaramby no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPG CDS/UnB).

Julio Cesar Spindola Itacaramby: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: julio.itacaramby@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4265631047167925>

André de Almeida Cunha: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: cunha.andre@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4652288314258859>

José Luiz de Andrade Franco: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: jldafra@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0168114829646424>